

## ASPECTOS MULTIFORMES DO SIGNIFICANTE AMÉRICA LATINA

Renata Baldin Maciel  
renatabmaciel@gmail.com  
Universidade Federal de Santa Maria.  
Programa de Pós-Graduação em História - Doutorado

**Resumo:** Esse artigo traz alguns elementos de uma pesquisa realizada no Doutorado em História da Universidade Federal de Santa Maria, sendo a mesma financiada pela CAPES e orientada pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Armani. O objeto de estudo desse artigo é constituído pela narrativa histórica de alguns intelectuais latino-americanos que apresentaram problemáticas comuns atreladas ao significante América Latina. Entre esses autores destacam-se os brasileiros Manoel Bomfim e Oliveira Lima, o cubano José Martí e o uruguaio José Enrique Rodó. Procura-se discutir as principais ideias que constituem o “ser” latino-americano na narrativa desses autores e problematizar seus exteriores constitutivos, os quais envolvem especialmente os Estados Unidos e a Europa. Para o desenvolvimento dessas reflexões serão utilizadas as considerações de Reinhart Koselleck, de forma a expor algumas antíteses (muitas vezes multiformes) em determinadas situações pragmáticas, ou seja, nesses discursos construídos em um contexto histórico estabelecido. Ao propor uma abordagem a partir da História Intelectual, intenciona-se realizar um trabalho que explore as dimensões teórico-metodológicas dessa área, contemplando especialmente sua aproximação com a literatura e o caráter hermenêutico no tratamento das obras-fontes. Em suma, ao analisar essas narrativas, verifica-se que a partir dos elementos determinantes do progresso e do atraso, bem como dos valores ideais e das degenerações, é possível compreender como esses intelectuais pensaram as problemáticas em voga em sua sociedade e como participaram ativamente do processo das determinações identitárias a partir de inúmeras inclusões e exclusões do que para eles configuraria um universo comum centrado no significante América Latina.

**Palavras-chaves:** América Latina. Identidade. Intelectuais.

**Resumen:** Este artículo ofrece algunos elementos de una investigación realizada en el doctorado en Historia de la Universidad Federal de Santa María, investigación esta financiada por la CAPES y supervisadas por el profesor Dr. Carlos Henrique Armani. El objeto de estudio de este trabajo consiste en la narrativa histórica de algunos intelectuales latinoamericanos que tenían problemas comunes vinculados al significativo Latinoamérica. Entre estos autores destacan los brasileños Manoel Bomfim y Oliveira Lima, el cubano José Martí y el uruguayo José Enrique Rodó. Se discutirán las ideas principales que componen el “ser” Latino americano en la narrativa de estos autores y debater su exterior constitutivo, lo que implica sobre todo los Estados Unidos y Europa. Para el desarrollo de estas reflexiones se utilizará las consideraciones de Reinhart Koselleck con el fin de exponer algunos antítesis (a menudo múltiples) en ciertas situaciones pragmáticas, es decir, los discursos construidos en un contexto histórico establecido. Al proponer una aproximación desde la historia intelectual se tiene la intención de ejecutar un trabajo que explora las dimensiones teóricas y metodológicas de esta área, especialmente teniendo en cuenta su acercamiento a la literatura y el carácter hermenéutico en el tratamiento de las fuentes de trabajo. En

resumen, al analizar estas narrativas, a partir de los determinantes del progreso y el atraso, así como los valores ideales y degeneraciones, se puede entender cómo estos intelectuales pensaron en los problemas en boga en su sociedad y el grado de actividad en el proceso de determinación de la identidad de numerosas inclusiones y exclusiones de lo que para ellos sería establecer un universo común centrado en el signifiante Latinoamérica.

**Palabras-clave:** Latinoamérica. Identidad. Intelectuales..

## **Introdução**

Tendo em vista que as obras a serem interpretadas são compostas pelos textos escritos desses intelectuais, destaca-se a Hermenêutica como marco essencial para o desenvolvimento dessa proposta. Dessa forma, na interpretação do texto pode-se destacar a importância do aspecto “ser obra” descrito por Dominick LaCapra (2012). Esse item refere-se a aspectos ou componentes do texto que podem se desenvolver em diferentes graus e se relacionar uns com os outros de diversas maneiras. O “aspecto documentário” situa o texto em termos de dimensões literais que implicam a referência à realidade empírica e transmitem informações sobre ela; enquanto o “ser obra” complementa a realidade empírica com adições e subtrações, implica dimensões do texto não redutíveis ao documentário que incluem a interpretação e a imaginação. Para LaCapra, a obra se situa na história de um modo que lhe oferece dimensões documentárias, da mesma forma, o documento tem aspectos do “ser-obra”. Seguindo o aspecto “ser obra” descrito anteriormente é que as obras de Manoel Bomfim, Oliveira Lima, José Martí e José Enrique Rodó foram analisadas, enfatizando os aspectos multiformes como esses autores pensaram os exteriores constitutivos da nação e da América Latina.

Analisando a narrativa de alguns intelectuais latino-americanos é possível verificar que muitos deles apresentaram temáticas semelhantes que envolvem, por exemplo, a identidade nacional e latino-americana. Alguns deles formaram redes de contato através de publicações em um mesmo periódico, trocas de correspondências, participações nos mesmos congressos e espaços de convivência. Todavia, há uma gama de autores que não mantiveram vínculos por nenhuma dessas formas, mas que apresentam narrativas comuns. Pensando nisso, para o desenvolvimento desse trabalho foi considerado como ponto de união, não o contato efetivo desses intelectuais latino-americanos com seus contemporâneos proposto pelo conceito de redes de Devés-Valdés, mas sim o contexto comum de reflexão, as afinidades entre esses autores, ou seja, as ideias e objetivos afins, enfim, os aspectos que podem construir um modo de historicização do contexto, um meio de articulação desse mundo intelectual.

Para Armani, é preciso compreender que não é somente a presença do autor ou o contexto originário que garante a historicidade de um texto. Segundo o autor, historicamente as redes se constituem como tal no próprio contexto, “o contexto é rede e as redes (...) são contextos nos quais a escrita de uma obra ou de um conjunto de obras se temporaliza” (ARMANI, 2013, p.5). Ao escrever, o autor não se

encontra isolado, mas compartilha o mundo com outros autores, por isso pode-se encontrar entre eles objetivos e discursos comuns. Todavia, é possível também perceber as particularidades do autor mesmo quando partilha com seus colegas o mesmo espaço de divulgação de suas ideias. Armani (2013, p.5) abordou uma questão fundamental para essa discussão ao considerar que as “redes intelectuais podem ser redes textuais nas quais participam autores que já morreram e que nunca fizeram ou nunca farão parte de uma rede determinada, ou ainda autores cujas ideias estão aquém ou além de um contexto idiomático”. Para esclarecer ainda mais essa conjuntura, pode-se partir de uma ideia de “rede contextual – o contexto do mundo-ambiente, do mundo compartilhado e do mundo subjetivo – por meio do qual podemos pensar a historicidade das ideias desses autores” (ARMANI, 2013, p.11). É nesse sentido que Armani (2013, p.12) ressaltou que a história intelectual “poderia aprofundar os estudos das redes intelectuais também no nível de integração do pensamento, mesmo de autores que nunca tenham efetivamente dialogado, convivido ou mesmo estabelecido publicações comuns”.

Primeiramente faz-se necessário lembrar que esses intelectuais preocuparam-se com a questão nacional e latino-americana em um contexto em que tiveram que lidar com o crescente imperialismo dos Estados Unidos, com a reformulações e construção das identidades nacionais, com as discussões desenvolvidas nas Conferências Pan-americanas<sup>1</sup> (com destaque para a questão do arbitramento) realizadas no final do século XIX, entre outros temas.

No que se refere à identidade latino-americana verificada nas narrativas desses autores, ou aos “nós” *versus* “outros”, vale lembrar tal como destacado por S. Hall, que as identidades nascem dos jogos de poder e são muito mais produto da demarcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, em seu significado tradicional sem diferenças internas. Por isso, a constituição da identidade do “eu” está atrelada ao seu exterior constitutivo, ou seja, ao outro, ao diferente transformado em exterior, ao que foi deixado de fora, que nos casos de Bomfim, Martí, Lima e Rodó, volta-se especialmente para os Estados Unidos, mas que também está atrelado a Europa. Assim, a pretensa unidade das identidades é constituída no interior do jogo do poder e da exclusão. Dessa forma, pode-se perguntar quais são os modelos civilizacionais que devem ser mantidos ou rejeitados para Bomfim, Martí, Lima e Rodó? O discurso desses autores apresentou a questão da identidade latino-americana a partir dos modos de civilização, ou exteriores constitutivos (em disputa). Desse modo, a tríade América Latina -

---

<sup>1</sup> Abrangendo o contexto problematizado por esses autores, entre 1889-1928 foram realizadas seis Conferências Internacionais de Estados Americanos, também chamadas de Conferências Pan-Americanas: a primeira foi realizada em Washington DC. (1889-1890), a segunda na Cidade do México (1901-1902), a terceira no Rio de Janeiro (1906), a quarta em Buenos Aires (1910); a quinta em Santiago do Chile (1923), e a sexta em Havana (1928). Vale ressaltar que após esse período ocorreu mais quatro Conferências realizadas em: Montevideú (1933), Lima (1938), Bogotá (1948) e Caracas (1954).

Estados Unidos - Europa, vista em termos relacionais, fornece as bases dos ideais selecionados que devem ser mantidos ou excluídos em seus projetos de civilização.

### **As múltiplas formas que compõem a América Latina a partir dos seus “outros”**

A narrativa histórica desses intelectuais pode ser analisada especialmente a partir das concepções de Reinhart Koselleck quanto às categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa, ao tempo histórico, seus estratos e suas relações com a aceleração. Como possibilidade para interpretar a história, Koselleck apresentou duas categorias: espaço de experiência e horizonte de expectativa, que, como categorias históricas, equivalem às de espaço e tempo. Koselleck definiu a experiência como sendo o passado atual, no qual acontecimentos foram incorporados ou podem ser lembrados. Na experiência encontram-se as elaborações racionais e as formas inconscientes de comportamento, nela, por exemplo, estão contidas as experiências de gerações anteriores que os indivíduos incorporam em suas vidas. Em relação à expectativa, Koselleck afirmou que ela está ligada à pessoa e ao interpessoal e que se realiza no hoje. Essa pode ser vista como um futuro presente, voltado para o que ainda não aconteceu ou ao que pode ser apenas previsto. Koselleck salientou que apesar desses conceitos se relacionarem, eles não são proporcionalmente complementares, pois apresentam formas bem diferentes. Segundo o autor, passado e futuro jamais coincidem, assim como, uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Como horizonte de expectativa, Koselleck compreendeu uma espécie de linha que gera no futuro um novo espaço de experiência que ainda não pode ser contemplado. As expectativas podem ser revistas enquanto as experiências realizadas são recolhidas e podem ser repetidas e confirmadas no futuro. O que distingue uma da outra é o fato da experiência ter elaborado acontecimentos passados podendo torná-los presentes. Essas duas categorias indicam a condição humana universal, ou seja, tanto a experiência quanto a expectativa fornecem os subsídios necessários para lidarmos com o tempo histórico, pois ambas entrelaçam passado e futuro.

Em relação ao espaço de experiência e ao horizonte de expectativa construído pelos autores estudados, nota-se a presença de conceitos-chaves que estão atrelados ao presente que deve ser superado e ao projeto futuro de América Latina “regenerada” e ideal. O passado, para alguns intelectuais, deve ser deixado para trás, promovendo uma total ruptura com o presente para no futuro dar lugar ao novo, mas para outros, ele é recuperado na constituição do horizonte de expectativa devido à presença de alguns valores considerados ideais e benéficos para o “ser-latino-americano”. Nesse debate relacionado às categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa, e conseqüentemente ao próprio tempo histórico que estão atrelados os conceitos de progresso, civilização, raça e democracia.

O tempo histórico é entendido a partir da relação dinâmica entre experiência e expectativa. Koselleck afirmou que o tempo histórico embora esteja ligado ao tempo natural, não coincide com o mesmo, pois está muito mais atrelado ao âmbito político e social. O autor ainda salienta que existem diversos estratos de tempo com durações e origens diferentes, mas que atuam de maneira concomitante. Inúmeras coisas acontecem ao mesmo tempo e emergem em diacronia ou em sincronia, em contextos totalmente diferentes, ou seja, as modificações da vida e das ações humanas apresentam diferentes estruturas de repetição, que escalonadas se modificam em diferentes ritmos. Partindo dessas concepções, Koselleck traz à tona a problemática da aceleração, a qual começou a transformar a realidade a partir da modernidade. Nesse sentido, quando uma situação de atraso é apontada, “há uma referência a uma oportunidade perdida, a um desejo projetado sobre o passado a fim de se programar ideologicamente uma recuperação acelerada. Essa situação é explicitamente encontrada, por exemplo, nas narrativas de Manoel Bomfim e José Enrique Rodó quando eles apontam a condição de atraso em que se depara a América Latina frente à necessidade da correção das causas para alcançar o efeito do progresso ideal.

Para Koselleck, um fato linguístico permite que se possa atuar sobre realidade de forma concreta, pois um conceito está sempre relacionado aquilo que se tenta compreender. Essa relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido é fundamentalmente tensa. Em suma na concepção de Koselleck, todo conceito está articulado com o contexto sobre o qual também pode atuar, de forma a torná-lo compreensível. A condição de progresso nacional e da América Latina está muito presente na narrativa desses autores, pois a mesma sustenta a confiança que eles têm no futuro. Toda a discussão de como conquistar esse progresso no futuro está vinculada as problemáticas geradas pelas política em voga nesse período, as quais estão relacionadas à democracia, ao utilitarismo e ao imperialismo dos Estados Unidos, bem como ao papel das raças na composição de uma civilização ideal. São a partir desses conceitos que configuram-se os ideais desses autores do que deve parte de uma civilização considerada regenerada, evoluída e próspera em contraposição àquelas antíteses que levam ao atraso e degeneração.

Apesar da busca por um “nós” latino-americano, há em jogo inúmeras identidades em disputa nesse espaço. O “ser” latino-americano de Rodó, por exemplo, partiu do princípio do que ele não deveria ser: um espelho dos EUA. A América Latina não deveria abandonar sua originalidade ou imitar passivamente os valores que não servem para melhorar sua condição, tampouco precisaria apropriar-se do espírito utilitário esquecendo os ideais do espírito. Nota-se que Rodó defendeu uma identificação da América Latina com a Europa, mais precisamente com a Grécia Clássica. Tendo em vista que o caráter da filosofia da História rodoniana fundamenta-se na relação América Latina-Estados Unidos-Europa, é possível identificar sua concepção progressista através dessa tríade. A Europa ou Velho Mundo remete muito mais ao passado devido a tradição e aos valores ideais que a sociedade precisa manter nas projeções futuras da América Latina; os Estados Unidos representam o presente pela situação de

predomínio nas nações do espírito utilitário, que atinge as nações latino-americanas e que deve ser superado. Em seu discurso Rodó não repudiou os EUA em si e muito menos seu povo, mas sim o seu arquétipo enquanto um modelo específico de vida. Dessa forma, é possível dizer que a concepção utilitária está na base da identidade civilizacional que ele rejeitou. Para Rodó, o utilitarismo enquanto destino humano e enquanto defensor da igualdade no medíocre, constituiu a fórmula do que na Europa denominou-se de espírito do americanismo. Rodó afirmou que se o utilitarismo poderia ser encarado como um verbo oriundo do espírito inglês, os Estados Unidos poderiam ser considerados a encarnação do verbo utilitário que tem sido difundido em todas as partes do mundo, anunciando os milagres materiais de seu triunfo.

No entendimento rodoniano, os latino-americanos transformaram a admiração pelos EUA em imitação passiva, pois acreditavam no prestígio e superioridade dessa nação. Desse quadro tem-se uma América Latina deslatinizada que se reconfigura a partir da imagem e semelhança do arquétipo da América do Norte. Não se trata aqui de negar que os EUA pudessem servir de inspiração para as demais nações, mas sim que o seu modelo de civilização não fosse utilizado para esmaecer os traços naturais dos povos latino-americanos. Rodó recusou acima de tudo, o utilitarismo norte-americano imposto como modelo de civilização, mas com isso ele não quis dizer que todas as ações dos EUA em relação aos interesses da alma estavam perdidas. Para Rodó ([1900], 1957, p.235) os EUA potencializavam o utilitarismo: “el utilitarismo, vacío de todo contenido ideal, la vaguedad cosmopolita y la nivelación de la democracia bastarda, alcanzarán con él su último triunfo”. Em suma nota-se que Rodó movimentou seu discurso contra a dominação dos países latino-americanos pelos EUA. A flexibilidade do pensamento de Rodó quanto aos EUA também pode ser verificada em Ariel (1900) que além das críticas, trouxe à tona as inúmeras qualidades dos norte-americanos, como por exemplo, seu entusiasmo, sua vocação para ação e sua vontade manifesta através da originalidade e audácia. Além disso, Rodó considerou que a grandiosidade dos EUA fazia surgir nas demais nações um sentimento de admiração, mesmo quando os desajustes de seu caráter e as violências de sua História eram lembrados. Esse fato levou Rodó a declarar que, embora não amasse os EUA, os admira, devido ao seu exemplo de trabalho e de vontade.

A narrativa de Bomfim, assim como a de Rodó, é caracterizada pela concepção progressista e linear da história e também por manter uma finalidade declarada para a mesma. Bomfim atribui ao passado o surgimento dos males, ao presente a permanência e disseminação dos mesmos e ao futuro a esperança de que poderemos romper com esses laços e atingir o progresso e a plenitude civilizatória. Em outras palavras, a finalidade da história no projeto de Bomfim é conquistada com a superação do período anterior, graças à educação, que é uma espécie de veículo emancipador.

Entre os males e vícios ressaltados por Bomfim está o parasitismo, a degeneração, o conservantismo, a imitação, entre outros. Veremos a seguir como esses conceitos aparecem na obra

bomfiniana. De modo mais geral, Bomfim chama a atenção para o fato de que enquanto as demais nações abandonaram a vida militar e solidificaram as indústrias, vivendo de forma produtora, Espanha e Portugal “transformavam-se definitivamente em parasitas sedentários; cerravam os olhos e tapavam os ouvidos ao progresso científico, aferravam-se a esse viver que lhes parecia o ideal – sugar! sugar! sugar!” (BOMFIM, [1903], 2000, p.699).

O parasitismo influenciou diretamente sobre a vida das novas nacionalidades na América Latina, relegando-as a inúmeros vícios que se perpetuaram no pós-independência. Sobre os efeitos desse parasitismo, Bomfim agrupa-os em duas categorias, os efeitos gerais e os efeitos especiais. Os efeitos gerais remetem as alterações ocorridas no organismo parasitado e manifestam-se em três aspectos: “o enfraquecimento do parasitado; as violências que se exercem sobre ele, para que preste uns tantos serviços ao parasita (...) e finalmente, a adaptação do parasitado às condições de vida que lhe são impostas” (BOMFIM, [1903], 2000, p.700). O organismo parasitado é descendente do parasita e por este foi educado. Desse fato emerge uma contradição que ocorre simultaneamente, ou seja, a imitação e a repulsão. O parasitismo também influenciou a vida social, moral e intelectual e teve como resultado a segregação da população e o ódio mútuo entre os diversos grupos. Quanto aos efeitos especiais, esses são distribuídos em três categorias: herança, educação e reação. Bomfim conceitua a hereditariedade social como sendo a herança psicológica que configura o caráter de um grupo. Ela é herdada pelo indivíduo e permite que este se identifique com sua classe, ordem, espécie e caracteres individuais recebidos dos pais.

Mesmo denunciando esses vícios e a situação triste em que se encontravam as nações da América do Sul, Bomfim demonstrou esperanças de que essa situação poderia se modificar. Para defender essa ideia, Bomfim criticou as alegações científicas referentes à inferioridade da raça e à suposta incapacidade que alguns povos teriam de se autogovernarem. Para ele, que não há nada na ciência que prove a existência de condições propícias para que isso ocorra. Ao manter essa posição, Bomfim rompia com seus contemporâneos que, em sua maioria, eram adeptos do racismo científico. A revolução foi uma das primeiras alternativas para livrar a nação dos males nela impregnados. Porém, em parte devido a decepção com a implantação da República no do Brasil, Bomfim procura outra alternativa que possibilite mudanças ainda mais profundas. É vislumbrando esse quadro que Bomfim encara a instrução popular como remédio contra o atraso latino-americano: seria justamente a partir da difusão da educação e da prática da ciência que nossos males seriam curados.

Como mencionado anteriormente, a proeminência dos Estados Unidos e a problemática do imperialismo face às diretrizes estabelecidas pela Doutrina Monroe, fez dessa nação um dos principais sujeitos presentes nas obras desses intelectuais ao questionarem-se sobre a nação e sobre a ideia de América. Nesse sentido, Oliveira Lima ao tratar da Doutrina Monroe e da Doutrina de Drago, no contexto anterior e posterior à terceira Conferência Pan-Americana realizada no Rio de Janeiro (Brasil) em 1906,

ênfatiza que a Doutrina de Monroe até então pouco ou nada ajudou na proteção das repúblicas ibero-americanas das agressões europeias. Para ele, essa doutrina serviu para afastar as ideias de recolonização, sendo um instrumento de utilidade continental. Porém Lima ressalta que essa doutrina não deve ser sua feição alterada, assando de arma de salvação para instrumento de subjugação.

O autor destaca os perigos que a Doutrina Monroe apresentaria, pois da forma como estava sendo empregada seria como abdicar da soberania pela consagração do princípio da intervenção. Lima expõe que já no tempo de Monroe, e ainda no tempo de Roosevelt, os Estados Unidos desejavam ser maior que todos, desejando atacar a soberania de suas irmãs latinas. Para Lima, a Doutrina de Monroe serviu para impedir a extensão da influência europeia na América e para vedar a reocupação das suas posições perdidas. Essa doutrina também substituiu violentamente aquela ascendência tradicional pela sua própria, mais adequada àqueles tempos, realizando anexações que aos outros estavam defendidas. Em resumo, Lima destaca que a Doutrina Monroe não mudou com o desenvolvimento dos Estados Unidos, apenas havia se transformado. “Na essência é sempre a mesma, feita de ciúmes e ambição, porém indispensável quando surgiu, e fatal no seu presente aspecto” (LIMA, 1907, p.47). Essa doutrina havia começado de forma defensiva, mas acabou assumindo um caráter ofensivo na medida em que ganhava força para conquistar o que pretendia. Segundo Lima, na face em que se apresentava no momento, o imperialismo passou a predominar na Doutrina Monroe. Em relação à proteção oferecida pelos Estados Unidos, Lima adverte que a mesma só poderia revelar um sentido interesseiro, pois essa proteção nunca havia sido oferecida generosamente em prol das outras nações do continente.

Lima também destaca a importância da Doutrina Drago<sup>2</sup>, a qual seria incorporada no programa da terceira Conferência Pan-Americana representando sua nova edição através do secretário de Estado Root e estabelecendo um processo de arbitramento obrigatório das disputas interamericanas. O autor diz que a Doutrina Drago em conjunto com a Doutrina de Monroe além de simbolizarem a fusão dos dois mundos, anglo-saxônico e latino, representa também uma fusão moral, sem sacrifícios das soberanias.

Sua adesão a tese argentina servirá para conservar seu prestígio americano, mais do que isto, mundial, neste gênero de questão, que entram como um capítulo do monroísmo, simultaneamente amparando as nações fracas do continente de outro modo ameaçadas, e amparando-as por uma forma que já não traduz a aplicação de humilde princípio tutelar, antes corresponde a aplicação de um princípio de direito público, se quiserem americano.

---

<sup>2</sup> Inicialmente a Doutrina Drago foi proposta pelo ministro da Argentina Luis María Drago sob a forma de um texto endereçado ao representante de seu país nos Estados Unidos, Martin Garcia, esclarecendo o posicionamento de Buenos Aires em relação à desavença entre Venezuela versus Grã-Bretanha, Alemanha e Itália. Drago participou da Conferência de Paz, em Haia em 1907, na qual a delegação norte-americana propôs a incorporação dessa doutrina ao ordenamento internacional, porém com algumas alterações que incluía a permissão da utilização de força, em caso do país devedor se recusasse a submeter-se à arbitragem, ou, sendo esta aceita, tumultuasse as negociações, ou, por último, não aceitasse cumprir a decisão. Além disso, a proposta ianque não ficava restrita somente à dívida pública, mas passou a englobar os débitos de maneira geral. Essa proposta, com alguns ajustes seria aprovada em 1907 e, desse modo, incorporada ao direito internacional.

Assim ficariam de uma feita arredadas as suspeitas que, quando infundadas, não são normalmente para desprezar, de que os Estados Unidos ou a Europa, ou ambos, pensam em converter para da América do Sul num novo Egito: um Egito em todo caso sem pirâmides e faraós, segundo a dias me observava em carta um querido amigo. (LIMA, 1907, p.108-109)

Lima vê a mestiçagem como um atraso para a América Latina sendo essa responsável por diversas desarmonias e incompatibilidades. Nesse sentido, a fusão das raças da América Latina seria uma condição para a estabilidade social no futuro, possível após serem corrigidas as diferenças de educação e realidade de cada nação. O autor ainda salienta que a América não pode esquecer o quanto deve à Europa e que esse seria um freio necessário para que a Doutrina Drago possa conquistar sua verdadeira e nobre significação de segurança continental. Para Lima ainda era cedo para falar em uma hegemonia continental meridional, pois por enquanto a hegemonia do Novo Mundo era a dos Estados Unidos que tem voz preponderante e voto decisivo em qualquer assembleia pan-americana. Por isso para os Estados Unidos seria conveniente ver agravadas as desconfianças e rivalidades entre as outras nações desse mundo que eles consideram como seu. “O princípio é velho, do dividir para imperar” (LIMA, 1907, p.186). O domínio norte-americano deixaria de ser uma realidade se os países latinos do continente praticassem a solidariedade entre si.

José Martí é outro intelectual desse cenário que pode ser destacado. Em sua obra, ele tratou do orgulho dos homens das pátrias latino-americanas, pois “de factores tan descompuestos, jamás, en menos tiempo histórico, se han creado naciones tan adelantadas y compactas” (MARTÍ, [1891], 2005, p.32). O autor também salienta que ao contrário do que muitos pensam, a incapacidade não está nos países mais novos, mas sim naqueles que querem comandar os povos originais com leis herdadas há quatro séculos praticadas nos Estados Unidos e a dezenove séculos de monarquia na França. Para Martí, o bom governante na América não seria aquele que conhecia o modo de governar aplicado na Alemanha ou na França, mas aquele que sabe os elementos que fundamentam seu país e que o guia por meio de métodos e instituições nascidas no próprio país. É nesse sentido que para Martí, na América, o homem natural venceu o livro: “los hombres naturales han vencido a los letrados artificiales. El mestizo autóctono ha vencido al criollo exótico. No hay batalla entre la civilización y la barbarie, sino entre la falsa erudición y la naturaliza” (MARTÍ, [1891], 2005, p.33).

Seguindo essa linha de pensamento Martí questiona como pode sair das universidades governantes, se na América não há universidade que ensine os elementos particulares dos povos americanos. Diante desse quadro, muitos jovens saem para o mundo e adquirem dos ensinamentos ianques ou franceses com os quais aspiram governar povos que na verdade não conhecem.

No âmbito político e das relações internacionais, no final do século XIX e início do século XX, a questão do arbitramento dos conflitos entre as nações latino-americanas e a proeminência dos Estados

Unidos nas resoluções envolvendo essa questão, suscitou inúmeros debates entre o meio intelectual. Nesse contexto, Martí questiona a proposta de arbitragem levada à primeira Conferência Pan-Americana realizada em Washington, em 1889. Para ele, a arbitragem seria algo excelente, se não estivesse em jogo as grandes questões da América que envolvem os diferentes interesses no universo que apresentam-se contrários aos do continente, ou seja, ao povo americano. É nesse sentido que Martí pergunta se os povos da América deve, colocar seus negócios nas mãos de seu único inimigo, ou se devem ganhar tempo, povoando e unindo-se a fim de conquistarem crédito e respeito para suas nações antes que os Estados Unidosousem subjuga-los. O autor afirma que a Conferência pode significar uma submissão humilhante e definitiva de uma família de repúblicas livres, mas que tem-se configurado como o prelúdio de uma grande harmonia e concórdia.

Martí expõe as intenções dos Estados Unidos na Conferência em relação a questão da arbitragem. Para ele, a arbitragem foi o lema com os Estados Unidos que procuraram executar a tutela continental. Toda essa questão da arbitragem suscita inúmeros debates entre as nações da América devido ao medo do imperialismo ianque anexar mais territórios e subjugar as demais nações de acordo com seus interesses.

### **Considerações finais**

Acredita-se que as obras dos brasileiros Bomfim e Lima, do uruguaio Rodó e do cubano Martí fornecem importantes evidências de leituras de mundo que contribuíram para formar o conceito que hoje entendemos por América Latina.

Levando em conta a necessidade de historicização dos conceitos tal como defendido por Koselleck, é preciso lembrar que o termo América Latina foi construído e moldado em diferentes contextos históricos. Como destacou Bethell (2009), o termo América Latina é de origem francesa e foi empregado pelos intelectuais franceses para justificar o imperialismo francês no México sob domínio de Napoleão III. Mesmo diante da fragmentação da América espanhola no pós-independência, muitos intelectuais e escritores dos anos de 1850-1860, defendiam a ideia anteriormente propagada por Simón Bolívar e Andrés Bello, de que existia uma consciência e identidade hispano-americana/latino-americana comum que poderia superar as divergências internas entre as regiões. Na concepção desses autores, essa América Latina era diferente da América dos Estados Unidos, o qual era tido por muitos como um inimigo. Leslie afirmou que nos anos de 1860, a França e a Espanha se aliaram aos Estados Unidos como inimigas da “América Latina” devido a uma série de intervenções, anexações e guerras que eles promoveram nesse território. Com esse panorama, pode-se entender o fato de que muitos preferiram nesse período se considerar muito mais parte da América Espanhola, da Hispano-América, ou da América do Sul, do que da “América Latina” em si. Segundo Bethell (2009, p. 292) “para eles, “latinidade”

representava o conservadorismo, antiliberalismo, antirrepublicanismo, catolicismo e, não menos importante, ligações com a Europa Latina, que inclui a França e a Espanha”.

Bethell (2009) destacou que na configuração dessa identidade hispano-americana ou latino-americana comum, como exceção tem-se à Argentina de meados do século XIX. Muitos dos autores da chamada “Geração de 37”<sup>3</sup>, entendiam a Argentina como a manifestação da civilização europeia no bárbaro ambiente hispano-americano e devido à influência dos franceses, ingleses e norte-americanos, acreditavam que sua nação poderia ter na América do Sul a mesma grandiosidade que os Estados Unidos tinham no Norte. Todavia, nota-se que esses intelectuais hispano-americanos e escritores franceses e ingleses que foram pioneiros em utilizar o termo “América Latina” não fizeram menção ao Brasil nesse universo. Nesse período, América Latina era um simples sinônimo para América Espanhola. No início do século XIX o presidente norte-americano Thomas Jefferson elaborou a ideia de “Hemisfério Ocidental” republicano e independente contra a Europa, que somada à criação da Doutrina Monroe (1823), pretendia impedir qualquer intervenção europeia na América, o que suscitou inúmeros debates sobre uma confederação nas “Américas”. Essa proposta de união também foi tema do Congresso do Panamá (1826), realizado pelos representantes das nações hispano-americanas.

Os hispano-americanos olhavam o Brasil com desconfiança devido às diferenças políticas, econômicas e culturais. Da mesma forma, “os governos brasileiros do Segundo Reinado (1840-89) não se identificavam com a *América Española*, *Hispanoamérica* ou “América Latina”, e nem com os inúmeros projetos dos países vizinhos de união interamericana” (BETHELL, 2009, p. 295). Após a Primeira Guerra os intelectuais brasileiros demonstraram um crescente interesse pela cultura hispano-americana e pelo intercâmbio cultural. Mas no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, tanto os intelectuais brasileiros como os hispano-americanos dedicaram-se mais para a formação da sua própria identidade nacional. O Brasil só passou a fazer parte da América Latina quando a “América Latina” se transformou em *Latin América*. O entendimento dos EUA quanto a América Latina influenciou diversos países e instituições. Após a Segunda Guerra a importância da América Latina cresceu proporcionalmente aos interesses econômicos e geopolíticos que os EUA mantiveram relação a essa região. Mas a partir da Guerra Fria o interesse dos EUA voltou-se para questões de escala global, fazendo com que suas atenções fossem direcionadas para Europa, o Oriente Médio e a Ásia.

Ao verificar as concepções desses intelectuais evidente que suas propostas de uma identidade continental latino-americana são constituídas a partir de um constante embate com o “outro”, em especial, os Estados Unidos, em até certo ponto, a Europa. Esse percurso é dotado de inclusões e exclusões permitindo que um grupo se constitua como uma unidade de ação política e social. É justamente nesse

---

<sup>3</sup> Entre os principais membros da “Geração de 37”, Leslie Bethell destacou Esteban Echeverría (1805-51), Juan Bautista Alberdi (1810-84) e Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888).

reconhecimento do “nós” e da atribuição de caracteres negativos aos “outros”, que inclui-se os preceitos de Koselleck do que ele denominou de conceitos antitéticos assimétricos. Quando um grupo defende seu direito exclusivo à universalidade ao aplicar um conceito linguístico apenas a si mesmo e rechaça qualquer comparação, suas autodenominações produzem conceitos opostos que discriminam os excluídos. Isso pode ser verificado quando esses intelectuais procuram definir o que é a América Latina e o próprio “ser latino-americano”. Há um esforço em constituir um caráter identitário para demarcar as diferenças em relação aos “outros”, seja em relação à Europa ou aos Estados Unidos. É possível perceber a presença constante desses conceitos opostos assimétricos, especialmente nos binarismos presentes nas narrativas históricas desses intelectuais. Assim tem-se, por exemplo, progresso *versus* estagnação, civilização *versus* barbárie, liberdade *versus* imperialismo, republicanismo *versus* liberalismo, liberdade *versus* submissão, parasitismo *versus* ação, entre outros.

## Referências bibliográficas

- ARMANI, Carlos Henrique. *Discursos da nação: historicidade e identidade nacional no Brasil de fins do século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- \_\_\_\_\_. *História intelectual e redes contextuais*. Anos 90, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 137-150, jul. 2013.
- BETHEL, Leslie. *História da América Latina de 1870 a 1930*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 289-321, julho-dezembro de 2009.
- \_\_\_\_\_. *Conferências Pan-Americanas*. In: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira\\_republica/CONFER%C3%80NCIAS%20PAN-AMERICANAS.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira_republica/CONFER%C3%80NCIAS%20PAN-AMERICANAS.pdf). Acesso em 23 de julho de 2016.
- BOMFIM, Manuel. *A América Latina: males de Origem. 1903*. IN: SANTIAGO Silviano. (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p.626-895.
- HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In: Tomaz Tadeu SILVA (organizador). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.103-133.
- \_\_\_\_\_. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 7. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maos e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. Cap. 5, Cap. 7 e Cap. 14.
- LACAPRA, Dominick. *História intelectual*. In: PALTÍ, José Elías. “Giro Linguístico e História intelectual”. 1ª Ed. reimp. Bernal: República Argentina, Universidade Nacional de Quilmes Editorial, 2012, p. 237-294.
- LIMA, Oliveira. *Pan-Americanismo (Monroe-Bolívar-Roosevelt)*. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Livreiro-Editor. H. Garnier, 1907.
- MARTÍ, José. *Nuestra América*. 3ª Ed. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005.
- MIRANDA, Wander Melo. *As fronteiras internas da nação*. In: *Cânones e Contextos*. 5º Congresso ABRALIC – Anais. Vol. 1. UFRJ: Abril, 1997, p. 417-423.

RODÓ. José Enrique. *Ariel*. (1900) In: - José Enrique Rodó – Obras Completas. Ed. Aguilar: Madrid, 1957, p.189-244.

VALDÉS. Eduardo Devés. *Redes intelectuales en América Latina. Hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Ed: Instituto de Estudios Avanzados, Universidad de Santiago de Chile, Santiago, Chile, 2007.

WASSERMAN, Claudia. *Percursos intelectuais latino-americanos: “Nuestra América” de José Martí, e “Ariel” de José Enrique Rodó – as condições de produção e o processo de repercussão do pensamento identitário*. Revista Intellectus / Ano 05 Vol. I, 2006.